

## A RELAÇÃO SINO-INDIANA PARA INFLUÊNCIA NO SUL DA ÁSIA: O CASO DA *BELT AND ROAD INITIATIVE* (BRI)

**Pablo Ibañez<sup>1</sup>**

Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ)  
Seropédica, RJ, Brasil

**Clara Oliveira Recio<sup>2</sup>**

Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ)  
Seropédica, RJ, Brasil

**Anna Beatriz Pereira<sup>3</sup>**

Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ)  
Seropédica, RJ, Brasil

Enviado em 28 jun. 2021 | Aceito em 13 ago. 2022

**Resumo:** Este artigo pretende analisar, a partir dos princípios do realismo neoclássico e da geoeconomia, as perspectivas que envolvem a iniciativa chinesa para investimentos em infraestrutura *Belt and Road Initiative* (BRI). Serão expostas as discussões sobre o desenvolvimento econômico e militar chinês, a implementação da BRI no Sul da Ásia e as problemáticas resultantes das disputas pelo papel de liderança regional. A tríade China-Paquistão-Índia é posta como central à análise ao destacar possibilidades de cooperação, assim como o ressurgimento de rivalidades geopolíticas. O Corredor Econômico China-Paquistão (CPEC) resume o entrave entre os países ao passar por zonas historicamente em conflito, como a Caxemira, mas permite o acompanhamento de uma postura de liderança cada vez maior de Pequim. Em outro extremo, a relação sino-indiana se desdobra em descontentamentos inseridos em uma narrativa regional e global de incertezas sobre as capacidades chinesas.

**Palavras-chave:** *Belt and Road Initiative*; China; Índia; Paquistão; Realismo Neoclássico, Geoeconomia.

### THE SINO-INDIAN RELATIONS FOR INFLUENCE IN SOUTH ASIA: THE CASE OF *BELT AND ROAD INITIATIVE* (BRI)

**Abstract:** This article intends to analyze, from the principles of neoclassical realism and geoeconomics, the perspectives about the Chinese initiative for investments in infrastructure, the *Belt and Road Initiative* (BRI). Will be exposed discussions on Chinese economic and military development, the implementation of the BRI in South Asia and the issues resulting from disputes over the regional leadership role. The China-Pakistan-India triad is central to the analysis by highlighting possibilities for cooperation as well as the resurgence of geopolitical rivalries. The China-Pakistan Economic Corridor (CPEC) summarizes the obstacles between countries as they pass through historically conflicted zones, such as Kashmir, but allows to follow the increasing leadership posture assumed by Beijing. At the other extreme, the Sino-Indian relationship unfolds in discontents that are part of a regional and global narrative of uncertainty about the Chinese capabilities.

**Keywords:** *Belt and Road Initiative*; China; India; Pakistan; Neoclassic Realism, Geoeconomics.

1. Doutor, Professor Adjunto da UFRRJ. ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-8668-2257> e-mail: [ibanez.pablo@gmail.com](mailto:ibanez.pablo@gmail.com).
2. Graduada em Relações Internacionais, UFRRJ; ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-4073-6800>; e-mail: [clara.recio@outlook.com](mailto:clara.recio@outlook.com).
3. Graduada em Relações Internacionais, UFRRJ. Atualmente é graduanda em Comércio Exterior pela Estácio de Sá; ORCID: <https://orcid.org/0009-0001-4555-8142>, e-mail: [annabsp13@gmail.com](mailto:annabsp13@gmail.com)

## LA RELACIÓN CHINA-INDIA POR LA INFLUENCIA EN EL SUR DE ASIA: EL CASO DE LA INICIATIVA DE LA FRANJA Y LA RUTA (BRI)

**Resumen:** Este artículo pretende analizar, desde los principios del realismo neoclásico y la geoeconomía, las perspectivas sobre la iniciativa china de inversiones en infraestructura Belt and Road Initiative (BRI). Se expondrán debates sobre el desarrollo económico y militar de China, la implementación de la BRI en el sur de Asia y los problemas derivados de las disputas sobre el papel de liderazgo regional. La tríada China-Pakistán-India es fundamental para el análisis al destacar las posibilidades de cooperación, así como el resurgimiento de las rivalidades geopolíticas. El Corredor Económico China-Pakistán (CPEC) resume los obstáculos entre países a su paso por zonas históricamente conflictivas, como Cachemira, pero permite monitorear una postura de liderazgo creciente por parte de Beijing. En el otro extremo, la relación chino-india se desarrolla en descontentos que son parte de una narrativa regional y global de incertidumbre sobre las capacidades chinas.

**Palavras-chave:** Belt and Road Initiative; China; India; Pakistán; Realismo Neoclásico; Geoeconomía.



### Introdução

Tornou-se praxe enaltecer o acelerado crescimento chinês nas últimas décadas, quando o assunto tange questões internacionais. Dentre as motivações para tal abordagem, encontram-se análises que concentram o foco no campo do planejamento (JABBOUR e GABRIELE, 2021), da indústria (ARRIGHI, 2011) e da inovação tecnológica (JAGUARIBE, 2016), sobretudo pelo fato dessa meteórica ascensão ter, na faceta interna e regional, suas mais evidentes conquistas. Não à toa, no início do século XXI, um dos mais influentes geopolíticos do mundo, Brzezinski (2000), profetizou que a China não seria nada mais que uma potência regional. Os anos que se seguiram demonstraram outro cenário.

Após uma década conturbada no cenário regional pela estagnação japonesa e as crises asiáticas da década de 1990, a China tomou como lição que tanto o controle do sistema financeiro como investimentos maciços em inovação seriam basilares para que seu processo de desenvolvimento fosse mais consistente. A partir dos anos 2000, o crescimento dos investimentos em inovação passou a ser sólido e paulatino. Como bem demonstrou Jaguaribe (2016), não apenas o montante de recursos foi crescendo em termos nominais, como também a participação desses investimentos em relação ao PIB, o que evidencia a grande centralidade do setor tecnológico para o governo. De outra forma, a proliferação dos bancos estatais e de desenvolvimento também fez parte desse fenômeno, contribuindo para a expansão do crédito para infraestrutura e as exportações, inclusive serviços e grandes obras, e criando uma institucionalidade capaz de sustentar ações em diferentes realidades territoriais (LIU, XU e FAN, 2020).

Esses movimentos ganharam outros contornos em 2013, quando foi anunciada, através do lançamento da *One Belt One Road*, uma estratégia global de expansão de sua influência, retomando princípios e exemplos da antiga Rota da Seda. Em menos de dez anos o projeto passou por

modificações, de maneira a consolidar, em 2015, sua forma atual, denominada *Belt and Road Initiative* (BRI), em português, Iniciativa do Cinturão e da Rota, midiaticamente chamada de Nova Rota da Seda<sup>4</sup>.

No Brasil, as análises sobre a iniciativa são modestas, mesmo que o número de países que venham se integrando a ela esteja em crescimento, inclusive dentro da América Latina. Em fevereiro de 2022, por exemplo, a Argentina se juntou a mais de uma dezena de países da região nessa empreitada. No caso brasileiro, a ala ideológica do atual governo brasileiro parece exercer muita força (IBÁÑEZ, 2020a) e até o momento a entrada não se concretizou. Tal fato não diminui a urgência de análises como a proposta neste texto, ainda que centrada em uma relação aparentemente distante daqui.

A expansão do poder global chinês esbarra em um vizinho que também vem ganhando notoriedade, a Índia. São dois membros que participam do grupo dos BRICS, mas que tem individualmente sérios entraves geopolíticos, sobretudo com o avanço das negociações da BRI no âmbito regional do Sul da Ásia. É esse contexto que o presente artigo pretende tratar essa temática a partir de um regaste de elementos das teorias realista neoclássica e da atualização da chamada *geoeconomics*, ou geoeconomia, em português. Embricam-se questões econômicas, institucionais e militares de maneira muito delicada e a escolha por esses campos de análise, mostram-se pertinentes à proposta por dois fatores que possuem correlação eloquente entre si.

O primeiro é que a projeção chinesa pela BRI só se tornou possível por condicionantes internos desenvolvidos nas últimas décadas, tais como: capacidade inovativa, ampliação do setor de infraestrutura – incluindo o energético -, estruturação de sistema de crédito, com ênfase em bancos de desenvolvimento e capacidade institucional estatal dada pela centralidade que a iniciativa tomou para o governo chinês sob a liderança de Xi Jinping<sup>5</sup>. Neste sentido, a ideia de que os condicionantes materiais internos e a criação de uma clara projeção internacional a partir das lideranças chinesas corroboram com a premissa realista neoclássica de que as escolhas reais que os estados fazem tem mais a ver com as visões de mundo dos líderes e as culturas estratégicas dos estados que lideram, diferente de outras correntes que enfatizam essas decisões como respostas ao sistema internacional (RIPSMAN; TALIAFERRO; LOBELL, 2016).

Já o segundo, atrelado à perspectiva geoeconômica, é que, para os objetivos da BRI, as ferramentas utilizadas são mais econômicas do que militares, coadunando com a proposta original de Luttwak (1990), que teorizou sobre o uso de artefatos econômicos para fins geopolíticos. Portanto, essas visões permitem uma análise com base nas grandes transformações internas, políticas e materiais, e na configuração de uma estratégia internacional capaz de projetar o poder chinês tanto no seu entorno regional, como em outros continentes.

Para tanto, dividimos este texto em três grandes partes e considerações. Em um primeiro momento, será dada a devida importância aos elementos teóricos e empíricos que ajudarão a compreender melhor o caminho que a China vem tomando para se tornar uma potência cada vez mais relevante no sistema internacional (SI). Logo após, será o momento de analisar com maior detalhamento sua iniciativa efetivamente global, a BRI, e um dos seus principais braços, o Corredor Econômico China-Paquistão (CPEC). A partir dele é que os entraves geopolíticos com a Índia tomam outra dimensão. Por fim, a análise a partir dos interesses e conflitos indianos servirá para dar luz a

---

<sup>4</sup> Por se tratar de uma análise geopolítica da iniciativa com base em elementos institucionais, optamos pela denominação original do governo chinês em inglês, pois é a forma como amplamente tem sido divulgada.

<sup>5</sup> Ibanez (2020b) reiterou não apenas a centralidade dos bancos de desenvolvimento nos aportes aos projetos que compõe a iniciativa, como também a centralidade institucional que ela tem para o governo chinês e para o próprio presidente Xi Jinping.

questões econômicas e militares que têm gerado insatisfações de lado a lado, sem contar com a importância geoestratégica do Paquistão, antigo desafeto indiano.

### A geopolítica do desenvolvimento chinês

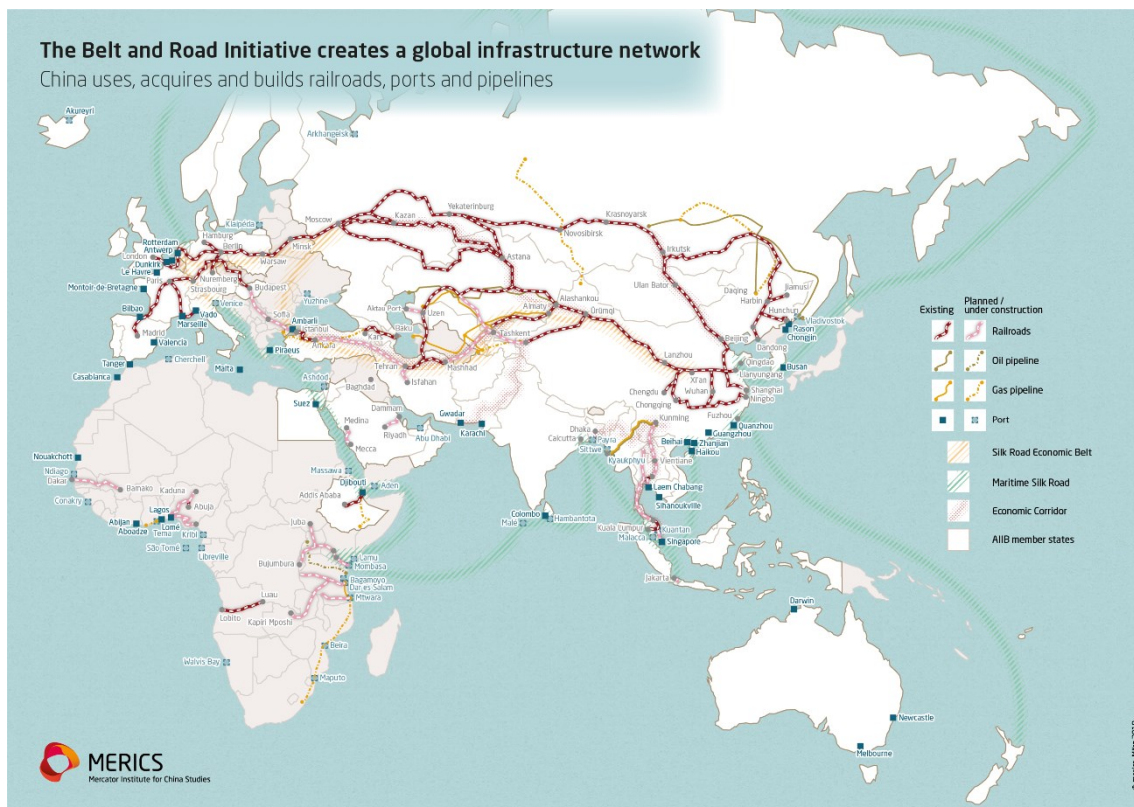
Após a consolidação da presença da China no SI no final do século XX, a chegada ao poder de Xi Jinping, em 2012, foi outro grande marco que introduziu novas características na política externa chinesa e, conseqüentemente, no cenário internacional. Mantendo-se os princípios diplomáticos tradicionais de soberania e não interferência, o país passou a buscar uma expansão mais sólida de sua influência regional e global. Inserido em um contexto interno de diminuição do até então elevado crescimento econômico, observado desde 2010, e de excesso de capacidade no setor industrial em um mercado nacional saturado, a política chinesa encontrou na promoção da diplomacia e das relações econômicas com outros Estados em desenvolvimento uma forma de aumentar sua envergadura geopolítica e econômica (IBAÑEZ, 2020b).

Assim, vivenciou grande e acelerado crescimento econômico, que lhe proporcionou poder de agência e se refletiu no desejo de expansão da influência para além de seu foco estratégico tradicional, até então centrado em seus vizinhos imediatos - Península Coreana, Japão e Sudeste Asiático - e nas grandes potências da Guerra Fria - EUA, União Soviética e, posteriormente, a Rússia (LANTEIGNE, 2009; MAYER e ZHANG, 2020, p. 9). Desta forma, em termos regionais, a política externa chinesa passou de uma geopolítica de descrição, defendida por Deng Xiaoping em razão dos seus próprios processos políticos internos (CAI, 2018), para uma política de “desenvolvimento pacífico” com Hu Jintao (2002-2012) (PAUTASSO e UNGARETTI, 2017).

É a partir da crise de 2008, mas, principalmente com a ascensão de Xi Jinping ao poder, em março de 2013, que a China começa a utilizar estratégias mais assertivas, para com seu entorno e além. Com uma política externa caracterizada pela promoção da integração euroasiática através de mecanismos geoeconômicos e voltada para a reorganização da arquitetura financeira mundial, Pequim utiliza mecanismos econômicos para a expansão de sua influência, incluso à proliferação de transações com base em sua moeda, o *yuan* (PAUTASSO e UNGARETTI, 2017; CAI, 2018).

Nesse sentido, a BRI, lançada em setembro de 2013 pelo presidente Xi Jinping, teria como objetivo original a cooperação para o desenvolvimento em infraestrutura na Ásia e na Europa, sendo composta por dois principais projetos: o Cinturão Econômico da Rota da Seda (em inglês, *Silk Road Economic Belt*, SREB) e a Rota da Seda Marítima do Século XXI (em inglês, *21st Century Maritime Silk Road*, MSR-21), somando-se a elas iniciativas complementares como a Rota da Seda Polar, a Rota da Seda Digital e a Rota da Seda Sanitária (CHINA, 2015).

Figura 1 - Mapa da belt and road initiative



Fonte: Mercator Institute for China Studies (MERICS)

Atuando na transformação do espaço mundial, sua premissa geopolítica central seria o apaziguamento das fragilidades e estratégicas da China na Ásia, em que a promoção de corredores econômicos permitiria a melhor integração do continente e a diminuição da dependência do comércio naval, tal como a renovação da infraestrutura em países carentes no setor (WOLF, 2020). Através do desenvolvimento econômico e social, excedendo seu escopo euroasiático, a BRI hoje já extrapolou esses objetivos iniciais e alcança a África, a América Latina e a Oceania, estando presente em todos os continentes através de investimentos em infraestrutura, transporte, energia, turismo, educação, cultura etc., e em apenas nove anos já alcança 147 países (XINHUA, 2020; GREEN BRI CENTER, 2022).

A iniciativa vem sendo analisada por seus elementos de cooperação econômica e diplomática para expansão da influência chinesa na Ásia e no Indo-Pacífico. Philippe Junqueira (2021), ao utilizar a teoria realista neoclássica, destaca a proeminência do ambiente interno chinês como contexto necessário à análise e central para implementação da BRI. As premissas neoclássicas, desenvolvidas a partir dos anos 1990, entendem o SI como anárquico e caracterizado por um sistema de autoajuda em que os Estados buscam a maximização das capacidades para sobrevivência e melhor distribuição de poder, mas também (re)introduz fatores domésticos à análise de política externa (SALOMÓN e PINHEIRO, 2013). Segundo Lobel, Ripsman e Taliaferro (2009), esse campo procura explicar a variação das políticas externas dos Estados ao longo do tempo ou em diferentes facetas enfrentando restrições externas semelhantes, porém sem utilização de padrões sistêmicos, como é o caso da teoria realista<sup>6</sup>. Para os autores, essa perspectiva é capaz de identificar cálculos e

<sup>6</sup> Os realistas tendem a tratar o Estado como uma caixa preta e assumem que todos os estados buscarão estratégias semelhantes diante de problemas sistêmicos utilizando incentivos parecidos, independentemente de arranjos políticos domésticos. Já o realismo neoclássico procura explicar a variação no exterior de políticas dos estados ao longo do tempo

percepções da elite sobre seu poder relativo e as restrições domésticas como variáveis intervenientes entre as pressões internacionais e as políticas externas caso a caso. Assim, o 'poder relativo' de cada um estabelece parâmetros para como os Estados - ou melhor, aqueles que agem em seu nome - definem seus interesses e, por fim, perseguem seus objetivos, no caso chinês, sua projeção regional e global através da BRI.

A partir dessa base, torna-se possível a observação tanto das capacidades materiais chinesas para maior grau de influência nas relações internacionais, como de suas particularidades domésticas - a elite política, a estrutura estatal, os interesses nacionais e, em especial, a percepção do líder sobre o nacional e o internacional -, as quais são influenciadas e influenciam diretamente na resolução da política externa e na postura internacional (JUNQUEIRA, 2021). As atuais percepções chinesas acerca da geopolítica contemporânea e do papel de liderança que o país pode desempenhar permitem, assim, verificar diversas continuidades e novidades na política externa do governo Xi Jinping, considerado nacionalista e bem assertivo frente aos desafios externos.

Análises mais gerais sobre a BRI, como a de Pautasso e Ungaretti (2017), assinalam a vontade chinesa de (re)criação de um sistema sinocêntrico na Ásia em oposição à Washigton, expandindo sua influência também para o Oriente Médio, Europa e África. Para os autores, a BRI é peça geopolítica central na promoção e ampliação do papel de liderança de Pequim para alteração da balança de poder no SI, ao atuar para maior integração regional em matéria econômica, infraestrutura e conectividade. Junto a isso, a formação de uma base financeira para apoiar o projeto ressalta a vontade chinesa de criação de uma ordem financeira internacional diferente da vigente desde Bretton Woods (PAUTASSO e UNGARETTI, 2017).

Seguindo essa base, a teoria é também utilizada pelo estadunidense Schweller (2018) ao argumentar que o desenvolvimento econômico e militar chinês tem como objetivo a maximização de seu poder com perspectiva à alteração da distribuição de capacidades no sistema, em prol do seu projeto de rejuvenescimento nacional e projeção internacional, com a finalidade de criação de uma nova ordem internacional sinocêntrica.

Contudo, a perspectiva de criação de uma ordem sinocêntrica impulsionada pela expansão das capacidades do país, ainda que extrema, não impede o reconhecimento de disputas protagonizadas pela China em um reequilíbrio e reordenação de poder no SI. Neste sentido, Alisson (2017) argumenta que o novo equilíbrio de poder, que vem sendo chamado de geoeconomia, permite uma interpretação ampliada das transformações do cenário internacional ao considerar não apenas os fatores geográficos, mas também capacidades militares e poderio econômico.

Para Luttwak (1990), autor que cunhou o termo geoeconomia, o declínio da Guerra Fria levou ao enfraquecimento da necessidade de uso das forças militares nos assuntos mundiais, sendo as relações internacionais moldadas mais pelas dinâmicas e rivalidades comerciais do que pelos conflitos orientados por domínio de territórios para acumulação de capacidade (LUTTWAK, 1990). Estados territorialmente definidos agem segundo seus interesses nacionais, fazendo da economia ferramenta política tal como os meios militares, a fim de influenciar os eventos para além de suas fronteiras. São considerados mecanismos de atuação da geoeconomia: restrições e taxações às importações, subsídios às exportações, financiamento de projetos de tecnologia, projetos transnacionais competitivos de infraestrutura, entre outros (LUTTWAK, 1990; FARIAS e MARTINS, 2020).

---

ou em diferentes estados enfrentando restrições externas similares. Nesta seara, não há pretensão de explicar padrões amplos de resultados sistêmicos ou recorrentes. Assim, uma hipótese do neoclássico realista pode explicar o provável impacto diplomático, econômico e respostas militares de estados particulares a imperativos sistêmicos, mas não pode explicar as consequências sistêmicas dessas respostas (LOBEL, RIPSAN E TALIAFERRO, 2009).

Para Blackwill e Harris (2016), geoeconomia é tanto método de análise como política estatal, definida como o uso sistemático de mecanismos econômicos<sup>7</sup> para a promoção ou defesa de interesses geopolíticos de um Estado sobre outro, em especial como forma de desafiar potências bélicas superiores. Ao relacionarem a difusão de políticas de geoeconomia ao aprofundamento do processo de globalização e ao ressurgimento do capitalismo estatal, os autores consideram a China como o principal ator geoeconômico do SI, sendo um importante exemplo disso a iniciativa de política externa chinesa BRI.

O financiamento chinês dos projetos enaltece seu aspecto econômico e permite maior papel de relevância da China no sistema financeiro internacional. A participação do Estado nas empresas transnacionais garante o interesse do setor privado em projetos considerados de baixo retorno no curto prazo, e enfatiza as diferenças entre o modelo neoliberal americano e o desenvolvimento chinês de capitalismo dirigido, sendo notória a participação de bancos nacionais e de desenvolvimento como uma das principais fontes de investimento da BRI (LIU e DUNFORD, 2016). Ao se considerar bancos internacionais, o Banco Asiático de Investimento em Infraestrutura (AIIB), lançado apenas um mês após o anúncio da BRI, é o principal financiador da iniciativa e vêm sendo apontado como peça da tentativa chinesa da criação de uma ordem econômica e financeira internacional paralela a Washington (PAUTASSO e UGARETTI, 2017; CALLAGHAN e HUBBARD, 2016).

Na realidade, tanto a BRI como o AIIB são iniciativas complementares para o propósito chinês de expansão de influência e suas ações são voltadas às questões estratégicas de desenvolvimento em infraestrutura. Em especial, no caso do Sul e do Sudeste asiáticos, os projetos propostos são de importância ímpar para a construção de rodovias e ferrovias para o comércio entre regiões e países em desenvolvimento com baixos níveis de conectividade e infraestrutura.

A BRI é muitas vezes apontada, no campo geopolítico, como estratégia para o controle do *heartland*. O conceito cunhado por Halford Mackinder (1943) no início do século XX enfatizava o valor estratégico do continente euroasiático e seu debate acende discussões de rivalidade sino-estadunidenses como uma nova Guerra Fria (IBAÑEZ, 2020b). Também é comum a utilização da ideia de 'Novo Plano Marshall'. Porém deve-se entender a iniciativa a partir de sua própria lógica geoeconômica e geopolítica. Para sua compreensão mais ampla, é necessário se afastar de paradigmas ocidentais e de comparações descabidas como um plano datado de meados do século passado (WANG e LIU, 2019; IBAÑEZ, 2020b)

De qualquer forma, o que a China vem buscando é a extensão de sua influência no contexto Ásia-Pacífico de modo a maximizar suas forças em relação a outras potências da região, como a Índia, o Japão e a Rússia, guiando o comportamento dos demais Estados conforme seus interesses sem adotar uma política expansionista. São notórios, ainda, discursos que defendem um possível crescimento pacífico de Pequim, baseados no argumento chinês de defesa do *status quo*, em que suas capacidades militares são, em si, pacíficas e voltadas para a defesa, perspectiva que vai de encontro a características da lógica pós-moderna da marinha chinesa - que será desenvolvida no próximo ponto.

Na perspectiva traçada neste trabalho, a busca chinesa pela posição hegemônica regional encontrará desafios ao causar desequilíbrio à balança de poder do Indo-Pacífico. De acordo com o Paquistão, principal aliado de Pequim na BRI, a aproximação tem sido positiva para o desenvolvimento de infraestrutura e melhor inserção do país na cadeia de comércio marítimo

---

<sup>7</sup> Blackwill e Harris (2016, p. 49) consideram sete principais mecanismos de *geoeconomics*, sendo eles: política comercial, política de investimentos, política monetária, política financeira, sanções econômicas e financeiras, atuações no ciberespaço, ajuda, e políticas de energia e de commodities.

internacional, proporcionado pela reforma do porto de águas profundas de Gwadar, peça geopolítica importante para Pequim quanto ao apaziguamento de seus dilemas de segurança e energia.

Por outro lado, essa relação desdobra-se no acirramento da rivalidade indo-paquistanesa e sino-indiana, sendo um dos principais desafios para o avanço da BRI no Sul da Ásia e um entrave para consolidação chinesa como potência regional. Ao considerar a cultura geopolítica indiana e o papel de liderança de forte apelo nacionalista desenvolvido por Neranda Modi, Nova Delhi tem se posicionado como principal ator regional anti-China, voltando-se para a promoção de iniciativas nacionais de integração regional para reafirmar sua posição na balança de poder. Iniciativas e alianças com potências do Indo-Pacífico são também notórias para a resistência ao desenvolvimento chinês, a exemplo do “Diálogo Quadrilateral sobre Segurança” (QUAD), fórum para estratégia e defesa da região que reúne Austrália, Índia, Japão e EUA, que, somada a outros contenciosos, serão abordadas nas seções seguintes deste trabalho.

### A BRI e as perspectivas de cooperação para o sul asiático

Atendendo ao seu caráter geopolítico, a BRI tem como um de (dos) seus principais focos o desenvolvimento de projetos de infraestrutura no Sul da Ásia, entendendo a região como importante conexão da China com o Oriente Médio, Ásia Central, África e Europa. Ao se considerar a MSR-21, as rotas de comércio marítimo atendem aos interesses no oceano Índico e África, facilitando o trânsito de bens vindos do Ocidente ou do Leste chinês e que seguem rotas pelo estreito de Malaca. Esta região compreendida no cenário do Indo-Pacífico é de grande importância em razão de suas reservas energéticas que, em conjunto com o baixo capital e/ou infraestrutura disponível, apresentam disponibilidade para o avanço de empresas chinesas na exploração dos recursos. Como destaca Ibañez (2020b), a BRI representa uma saída estratégica para uma maior segurança energética chinesa e para o trânsito de commodities, dados os desafios estratégicos atuais na região e no Mar do Sul da China.

O principal projeto da BRI, o Corredor Econômico China-Paquistão (CPEC), destaca esse interesse geopolítico. Lançado em abril de 2015, conecta a região chinesa de Kashgar ao porto de Gwadar, no Paquistão, e representa o empenho chinês de criação de uma saída para o oceano Índico. Incorporados no 13º Plano Quinquenal da China, os projetos são orientados segundo o *Long Term Plan for China-Pakistan Economic Corridor (2017-2030)*, e fundamentados em uma “estrutura de cooperação 1 + 4”, que tem no centro o próprio corredor econômico, com seu aspecto geral de desenvolvimento multissetorial, os outros quatro pilares são: a reforma do porto de Gwadar, o desenvolvimento energético, os investimentos em infraestrutura e a cooperação industrial (WOLF, 2020; ISLAMIC REPUBLIC OF PAKISTAN, 2017).

Na aproximação sino-paquistanesa, o projeto do porto se destaca como principal estratégia em termos econômicos e industriais, pela alta quantidade de investimentos e concepção conjunta de uma zona de livre comércio, que possibilitam o desenvolvimento e a integração da cadeia de comércio internacional da região do Balochistão<sup>8</sup> (ISLAMIC REPUBLIC OF PAKISTAN, 2017). Seu viés estratégico-econômico é central ao garantir acesso chinês ao mar da Arábia e por permitir maior facilidade de comércio com os países do Oriente Médio e costa Leste africana. No mesmo sentido, o porto de Gwadar é importante peça para o apaziguamento da dependência do mercado chinês das

---

<sup>8</sup> A área em questão situa-se na fronteira com o Afeganistão e é conhecida por intensa atividade terrorista e pobreza extrema. Portanto, tem especial atenção tanto das autoridades paquistanesas, quanto chinesas, que apesar da distância de sua fronteira, são muito preocupadas com o avanço desse tipo de entrave em seu entorno e dentro do seu próprio território, em especial em Xinjiang. Um aprofundamento será realizado ao longo do texto.



rotas de comércio marítimas que atravessam o estreito de Malaca - porta de entrada para o continente asiático dos produtos que transitam pelas *Sea Lines of Communication* (SLOCs) do Indo-Pacífico e por onde se estima, para os próximos anos, a passagem de 75% das importações e exportações chinesas, em especial de petróleo e gás (HUSSAIN, 2016) -, o que é denominado de "dilema de Malaca".

O impasse do dilema evidência uma fragilidade estratégico-econômica da China, na dependência do pleno funcionamento do estreito, e acentua as preocupações de possíveis problemáticas que venham a ocorrer em cenários de bloqueio de sua passagem por Estados contrários aos interesses de Pequim (*idem*). Decorre disso a importância da parceira para a criação do CPEC, já que o corredor tende a ser um instrumento que vai fornecer rotas comerciais de contorno - por terra e mar - para a África, a Europa e diversas regiões da Ásia, com destaque à conexão com o Oriente Médio em razão da dependência chinesa de seu petróleo.

As características geográficas de mar fechado do oceano Índico<sup>9</sup> impelem a China à necessidade de um avanço naval para o Oeste e a uma maior aproximação com os países banhados por esse oceano, a exemplo de Paquistão, Índia, Myanmar e Bangladesh, de modo a contornar suas vulnerabilidades estratégicas em uma região cercada por pontos de estrangulamento (*chokepoints/checkpoints*) para além do estreito de Malaca, como o canal de Suez, e os estreitos de Ormuz e de Bab el Mandeb (BREWSTER, 2018; PAUTASSO, NOGARA e RIBEIRO, 2020).

Nesse sentido, fica mais claro o crescimento do interesse chinês em expandir suas fronteiras de influência para além de sua zona costeira e das chamadas "Primeira Cadeia de Ilhas" e "Segunda Cadeia de Ilhas"<sup>10</sup>, projetando a presença de sua marinha, a *People Liberation Army Navy* (PLAN), também na região do oceano Índico de modo a garantir seus interesses comerciais. Do ponto de vista chinês, sua crescente presença na região diz respeito ao desenvolvimento de relações econômicas e de infraestrutura, na construção de portos para rotas navais, assim como para fortalecimento da MSR-21. Em termos estratégicos, a proximidade do porto de Gwadar ao estreito de Ormuz - responsável por 40% do fluxo de petróleo do mundo- permite melhor acesso aos recursos que trafegam pelo oceano Índico e garantem a Pequim maior segurança energética (BREWSTER, 2016), manutenção e aumento de suas capacidades materiais e influência.

Segundo Yoshihara e Holmes (2010), a importância das questões de segurança em razão do comércio naval chinês pode ser observada sob a Lógica Mahaniana<sup>11</sup>, em que as fraquezas geográficas devem ser contornadas a partir da criação de bases navais no exterior. Para os autores, o avanço da PLAN em direção ao Oeste, os movimentos navais no Mar do Sul da China e a aproximação de Pequim com os países do Indo-Pacífico têm por objetivo a criação do chamado "Colar de Pérolas". Este termo, usado por acadêmicos e líderes, ressalta a postura revisionista da China ao sintetizar a criação de uma cadeia de segurança a partir da construção e reforma de portos como estratégia de controle e supremacia naval no Indo-Pacífico, sendo assim considerados como pérolas os portos de Gwadar (Paquistão), Hambantota e Colombo (Sri Lanka), Kyaukpyu (Mianmar), Sonadia (Bangladesh), Lamu (Kenya) e Bagamoyo (Tanzânia) (BREWSTER, 2016).

---

<sup>9</sup> Estima-se que a região do Oceano Índico tenha 62% das reservas de petróleo do mundo e 35% de gás natural, sendo caminho para 75% das rotas de importações de petróleo para Ásia vindos do Estreito de Ormuz, e rotas de comércio e passagem para as SLOCs, principalmente chinesas (KAYA; KILIÇ, 2017).

<sup>10</sup> A partir da segunda metade dos anos 1980, a região compreendida como alto-mar chinês passou a ser dividida estrategicamente em duas zonas de segurança, sendo elas: a primeira cadeia de ilhas, compreendendo as Ilhas Aleutas, Curilas, no Japão, as Ilhas Ryukyu - Ilhas Nansai -, Taiwan, Filipinas, Sumatra e Java; e a segunda cadeia de ilhas que avança para a península Bonin, Ilhas Marianas, Guam e Palau (HUANG, 1994, p. 18).

<sup>11</sup> A referência é o autor Alfred Mahan, conhecido por ter desenvolvido a teoria do Poder Marítimo no século XIX, influenciando o pensamento geopolítico até os dias de hoje.

Entretanto, ao analisar a materialidade da presença chinesa nesses portos, ponderar o histórico diplomático da China e sua presença militar no exterior, Ribeiro (2015) entende as alegações acerca do colar de pérolas como um “mito” baseado em especulações. Para Mearsheimer (2010), teórico neorrealista ofensivo, ao se considerar a postura diplomática e militar da China, os Cinco Princípios de Coexistência Pacífica e o histórico consideravelmente pacífico de Pequim, são afastadas percepções que caracterizam o país como Estado Revisionista.

Ainda que ocorra o avanço naval rumo ao Oeste, observa-se que o caráter militar revisionista da China não se sustenta. É mais adequada, portanto, a análise feita por Ghiselli (2015) em que se destaca a postura pós-moderna da PLAN, assinalada pela expansão dos temas prioritários para a segurança nacional. Esse autor segue a lógica de “marinha pós-moderna” desenvolvida por Geoffrey Till (2007), em que, estimuladas em nível nacional pelo desenvolvimento econômico e interdependência, as forças navais de um país passam a atuar também na proteção e manutenção do processo de globalização, do comércio marítimo, do direito à livre navegação e da segurança nacional. A atuação da marinha pós-moderna é tanto ferramenta para a expansão de influência do Estado quanto para demonstração de poder, o que difere do interesse meramente egoísta de segurança nacional que se segue na visão realista da lógica mahaniana.

Argumenta-se assim que o desenvolvimento naval chinês não é puramente consequência dos desafios de defesa enfrentados pelo país, como a reunificação de Taiwan, o nacionalismo chinês ou a vontade de se tornar potência regional hegemônica no Indo-Pacífico, mas também resultado da maximização das capacidades chinesas (GHISELLI, 2015). A atitude pós-moderna da PLAN, não belicosa e não expansionista, é notória nas chamadas “Operações de Não Guerra” (*Military Operations Other Than War*) realizadas pelo país (GHISELLI, 2015), como também nas políticas internacionais voltadas para a cooperação econômica entre os Estados, como a própria MSR-21.

Em resumo, a análise proposta aqui tende a enxergar que o desenvolvimento naval da China dos últimos anos é mais bem explicado para além das questões de segurança tradicionais, tendo a postura do país buscado a consolidação de seus objetivos estratégicos, como a proteção de seus cidadãos, empresas e interesses no exterior, o que coaduna com a perspectiva da geoeconomia. Nesse sentido, não se sustentam as perspectivas que apontam para a inserção de questões internacionais de segurança ou o uso militar na BRI, tendo-se em consideração que a falta de elementos militares nos projetos neutraliza tais suposições, e sendo os assuntos de segurança enfrentados, principalmente, na esfera nacional dos Estados envolvidos, com ou sem a anuência chinesa (IBAÑEZ, 2020b). O fato de que a BRI não tem objetivo militar não impede que o dragão asiático tenha parcerias bilaterais militares com os membros da iniciativa, assim como não impede que o país proponha grandes acordos na área, como é o caso da Organização para a Cooperação de Xangai.

Ao se considerar questões militares que cercam o projeto, o caso do CPEC cria e acentua obstáculos ao governo chinês em razão de grupos terroristas ativos no Paquistão e que atuam nas áreas de desenvolvimento do CPEC, em especial na região separatista do Balochistão, onde se situa o porto de Gwadar, assim como implicações no controle de reservas energéticas por tais grupos no país e no Afeganistão, como o Taliban e o Daeshi (AHMAD, MI e FERNALD, 2020). Para Wolf (2020) e Pautasso *et. al.* (2022), a iniciativa implica também o desenvolvimento de regiões fronteiriças chinesas nas regiões Leste, Sul e Oeste, como Xinjiang, local de movimentos separatistas islâmicos, como os Uigures, que representam ameaça ao ideal da China unificada. Por essas e outras razões, Pequim discursa a respeito da necessidade da BRI para o progresso, desenvolvimento econômico e social e continentalização das regiões no sul da Ásia como forma de minar aos “três maus”, o

separatismo, o terrorismo e o extremismo religioso, mantendo-se a ordem e a segurança (WOLF, 2020; PAUTASSO et. al., 2022)

Questões conflituosas ao longo do principal projeto da BRI surgem ainda, e com muita evidência, na relação entre os três estados vizinhos, China, Paquistão e Índia, sendo foco das disputas históricas de Islamabad e Nova Delhi pelo território da Caxemira. Além disso, o CPEC também percorre territórios reivindicados pela Índia e por Pequim, como o da União de Jammu e Caxemira e Ladaque. Nesse sentido, visando o aprofundamento da compreensão das problemáticas que envolvem esses três países no que abrange a BRI, mais especificamente o CPEC, e a balança de poder regional, será exposto a seguir que o descontentamento indiano com a BRI se dá através de três principais prerrogativas: o não respeito à soberania nacional, o não respeito à responsabilidade financeira e as preocupações com os ganhos relativos chineses no Sul da Ásia.

### O pragmatismo indiano

Tendo como plano de fundo o cenário regional e a teoria em tela, o crescimento chinês vem gerado desequilíbrios para a balança de poder no Sul da Ásia e o acirramento das disputas pela hegemonia regional. No mesmo sentido, a expansão das fronteiras de influência de Pequim se sobrepõe às zonas de influência de outros países de aspiração regional, em especial a Índia, que desde seu processo de independência desempenha importante papel como potência no subcontinente. A percepção de Nova Delhi é, assim, tomada por uma leitura de rivalidade clássica de segurança, em que os dois países competem pela liderança regional.

Para além das mudanças sistêmicas e seguindo a análise do realismo neoclássico, em que variáveis domésticas implicam mudanças na condução da política externa de um país, o papel de liderança, as dinâmicas na relação Estado-sociedade e a cultura estratégica têm sido importantes fatores para o fortalecimento das narrativas de rivalidade sino-indianas (CHANDRA, 2017). Com forte apelo ao nacionalismo hindu, o populismo de Modi discursa para sua base nacional a respeito da criação de uma nova política externa indiana que reserve ao país maior protagonismo no SI (HALL, 2019). Entretanto, adotando de fato uma postura protecionista e antiglobalista, o presidente buscou, para sua reeleição em 2019, a narrativa do desenvolvimento econômico e militar da China como a principal ameaça à segurança indiana.

O sentimento anti-China é acompanhado do acirramento das rivalidades com o Paquistão. Tendo-se em consideração o histórico de conflitos geopolíticos sino-indiano para a delimitação de fronteiras ao longo dos Himalaias<sup>12</sup>, assim como as disputas entre a Índia e o Paquistão sobre o território da Caxemira, rota de rodovias e ferrovias do CPEC, Nova Delhi se apresenta hoje como o principal crítico da BRI. Uma vez membro nominal da iniciativa, as perspectivas para a construção do Corredor Econômico Bangladesh-China-Índia-Mianmar (BCIM-EC) foram abandonadas por Modi em meio a acusações sobre os objetivos geopolíticos de Pequim.

O Ministério de Relações Exteriores da Índia possui ressalvas acerca da garantia de proteção ambiental, transparência dos projetos e transferência de tecnologia (REPUBLIC OF INDIA, 2019). Além disso, alega que a iniciativa não segue os princípios internacionais de responsabilidade financeira ao ocasionar débitos insustentáveis aos Estados e comunidades - o que vem sendo visto, por alguns,

---

<sup>12</sup> O desacordo sobre as demarcações de suas fronteiras se arrasta por mais de sete décadas e resultou na Guerra Sino-Indiana de 1962. Em maio de 2020, os vizinhos nucleares entraram em uma nova escalada militar na região de Ladaque após o confronto entre os exércitos. Ao menos vinte e um soldados indianos foram mortos no que se configura no incidente mais violento na região desde 1962. Em setembro de 2022, a tensão ao longo da fronteira levou a confrontos secundários em que os países trocaram tiros pela primeira vez em quarenta e cinco anos (THE ECONOMIST, 2020).

como uma “armadilha de investimento(s)” (*debt trap*), pois, segundo Nova Delhi, são estabelecidos sem processo consultivo com as partes, não de acordo com o Estado Democrático de Direito.

A visão da BRI como “armadilha de investimento” é hoje de grande difusão e afirma que os débitos insustentáveis, gerados pela China aos países receptores, em sua maioria em desenvolvimento, têm como intuito transformar investimentos econômicos em vantagens geopolíticas (PARKER e CHEFITZ, 2018; PITMAN, 2021). Parte desse entendimento vem da interpretação de que os investimentos chineses, principalmente nas regiões estratégicas do Sul e Sudeste Asiáticos, enfraquecem os interesses e a política externa dos EUA e da Índia (PARKER e CHEFITZ, 2018).

No geral, nota-se que, ao contrário do que se defende com a ideia da armadilha de investimento(s), há poucas evidências concretas da existência de um padrão de empréstimos em ações de infraestrutura que garanta à China vantagens estratégicas e geopolíticas na região (BRAUTIGAM, 2019). Segundo Deborah Brautigam (2019), a dívida dos países em desenvolvimento vem crescendo historicamente e os investimentos chineses são somente, e pela primeira vez ao longo do tempo, parte disso. A autora afirma, com bases nos dados e conclusões de pesquisas acerca de investimentos chineses na África, América Latina e Caribe - divulgados pela *China-Africa Research Initiative* da Universidade Johns Hopkins e pelo *Global Development Policy Center* da Universidade de Boston -, que há um exagero e uma descaracterização dos riscos que a BRI pode apresentar.

Para Pitman (2021), algumas pesquisas realizadas acerca dos empréstimos chineses, como a *How China Lends: A Rare Look into 100 Debt Contracts with Foreign Governments study*<sup>13</sup>, mostram que os resultados da BRI são, em sua maioria, determinados pelos governos dos países que tomam os empréstimos e por sua gerência dos projetos, credores e empreiteiros (PITMAN, 2021). O resultado de pesquisas, como essas apresentadas aqui, mostra como existem poucas provas da existência de *debt trap*, tornando as alegações feitas por países como Índia e EUA um tanto quanto parciais, visto que suas enormes ambições regionais podem justificar as opiniões contrárias aos fatos e resultados apresentados em pesquisas.

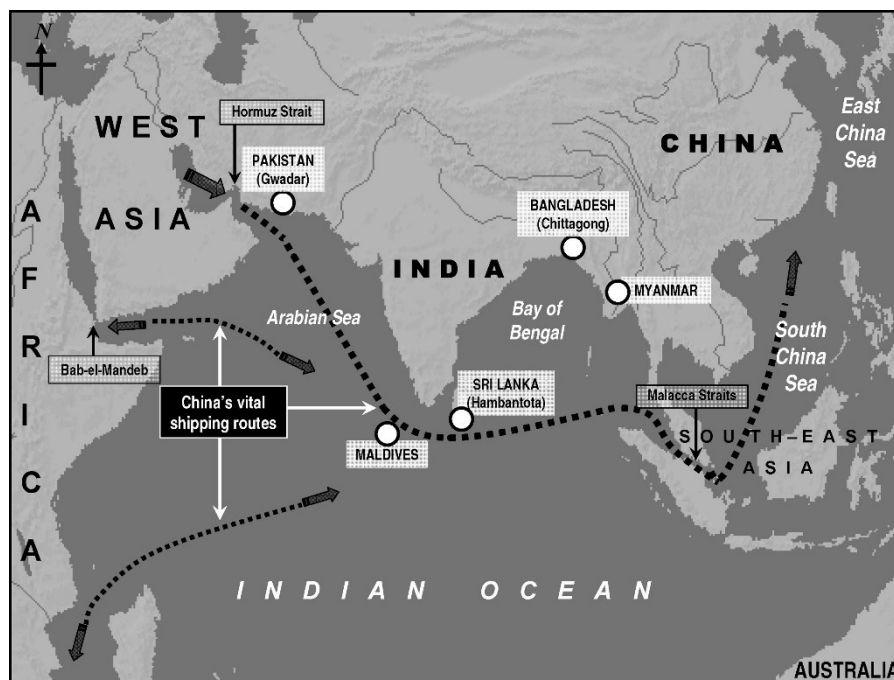
Para Wu (2019), a política externa indiana em relação à China é de pragmatismo. Nova Delhi considera a BRI como iniciativa de ganhos relativos de Pequim, ao mesmo tempo que busca a sua aproximação com novas instituições multilaterais de cooperação econômica capazes de lhe garantir ganhos absolutos para o fortalecimento de sua posição de governança na esfera financeira global (WU, 2019). Podemos apontar como o principal exemplo a participação da Índia como membro fundador do Banco Asiático de Investimento em Infraestrutura (AIIB), sendo o país o principal receptor de investimentos e o segundo principal acionista, atrás apenas da China<sup>14</sup>.

Ao considerar os ganhos relativos de Pequim, a interpretação realista indiana vislumbra a BRI como iniciativa geoeconômica e geopolítica para a expansão de influência econômica chinesa no Sul e Sudeste da Ásia, sendo o BCIM-EC um corredor facilitador para o avanço chinês no Indo-Pacífico, via baía de Bengala (WU, 2019). Para a Índia, ao considerar as rotas desenvolvidas em terra pelo CPEC, e a cooperação chinesa com demais países no entorno, como Bangladesh e Mianmar, assim como o avanço naval para o Oeste, com a MSR-21 e o colar de pérolas, Pequim promove um verdadeiro cerco ao país, em que recorrendo ao princípio de autoajuda, busca o seu próprio fortalecimento estratégico como liderança na região.

<sup>13</sup> “[...] co-publicada pela AidData, pelo Center for Global Development, pelo Kiel Institute for the World Economy e pelo Peterson Institute for International Economics” (PITMAN, 2021).

<sup>14</sup> Dos 134 projetos aprovados pelo banco até o fim de julho de 2021, 26 são indianos e para os quais somam-se ainda 17 outros projetos propostos (AIIB, 2021)

Figura 2 – Mapa do colar de pérolas



Fonte: KHURANA (2008)

Para a doutrina naval indiana herdada de Panikkar, a região do Índico é estratégica à independência econômica e militar do país, cabendo a Nova Delhi o papel de mantenedor da segurança e do controle da região. Como aponta David Brewster (2018), a Índia perpetua no nacionalismo de Modi as ideias de propriedade, dominância e de liderança para o oceano Índico, tendo a administração defendido uma atuação mais ativa, como “poder de liderança” (*leading power*) para esforços de cooperação econômica, conectividade e defesa (HALL, 2019). Em nível regional, Nova Delhi almeja atuar como “primeiro a responder” (*first responder*) e “provedor de segurança”<sup>15</sup> (*security provider*), cabendo ao país desenvolver capacidade de gerenciar conflitos em suas fronteiras de interesse, assim como garantir a estabilidade e a atuação na prevenção de conflitos (DAHIYA, 2015).

Inserido em tal postura de liderança, na competição com a China e na tentativa de expansão de suas próprias zonas de influência, o governo indiano vem lançando e redefinindo iniciativas nacionais e de prioridade à integração regional. Com o intuito de ser contrapeso diplomático à influência chinesa na região, o projeto Mausam, de 2015, lançado pelo Ministério da Cultura indiano, tem como foco a aproximação entre os países do oceano Índico ao referir-se a narrativas culturais históricas compartilhadas pelos Estados da região, trabalhando em proximidade com a UNESCO para a documentação e preservação de antigas rotas comerciais marítimas (JUNQUEIRA, 2021).

No cenário do Indo-Pacífico, a política “Olhar para o Leste” (*Looking East*), lançada na década de 1990 visando a cooperação econômica, é exemplo ao ser retomada em 2014 com o nome de “Agir

<sup>15</sup> Um ‘*security provider*’ deve ter a capacidade de resolver ou gerenciar os conflitos que existem em sua periferia ou na área de interesse, sozinho ou em cooperação com outros países. (...) deve ter uma gama completa de instrumentos militares e não militares para lidar com as crises diversas. (...) requer um estável e previsível orçamento nacional para defesa (...) focar grande proporção dos gastos de defesa em pesquisa e desenvolvimento (...). Um ‘*security provider*’ também precisa garantir estabilidade, prevenir conflitos e gerenciar crises” em sua região.” (DAHIYA, 2015, p. 10-11, tradução nossa).

para o Leste” (*Act East*) (HALL, 2019). No mesmo sentido, o conceito de “Vizinhança Estendida” (*Extended Neighbourhood*) vem sendo utilizado por Nova Delhi para maior aproximação com os países da Associação de Nações do Sudeste Asiático (ASEAN), assim como com os Estados da Ásia Central, do Norte da África, do Golfo e do Oriente Médio (CHACKO, 2014).

Para efeito geopolítico, a reforma do porto de Chabaharou, no golfo de Omã, firmada em maio de 2015, é também considerada como resposta aos avanços chineses. Em termos geográficos e econômicos, o projeto se constitui em rota para o comércio indiano, sendo o Irã a peça chave para a segurança energética e comercial da Índia e sua única direção para os mercados do Afeganistão e da Ásia Central. Representa ainda o acesso mais rápido para o Mar Cáspio e a região do Cáucaso, mostrando-se como contorno ao porto de Gwadar, que se encontra a apenas 70km de distância do porto indiano (FAROOQ, 2019).

Ainda que em retórica o papel de liderança indiano defendido por Modi seja considerável, Hall (2019) aponta para dificuldades da administração em materializar ações de contorno à influência chinesa, tanto em nível nacional como regional. A queda do orçamento militar para os anos de 2019-2020, assim como do PIB desde 2017, é o principal entrave para a reforma e modernização dos setores militares e da indústria de defesa indiana. Diferente da atitude chinesa, em que é notória a organização estatal sobre o desenvolvimento e avanço naval do país, nota-se que a atuação indiana é feita via políticas governamentais de contorno que, enfáticas no discurso de liderança para a promoção de agenda nacionalista, são de difícil materialização, tendo-se mantido prioridade para a resolução de problemáticas nacionais em detrimento de uma postura mais liberalizante ou de liderança regional (HALL, 2019).

Para o cenário regional, em fóruns de cooperação como *Asian Association for Regional Cooperation*, a liderança indiana é constrangida também por suas questões internas, assim como pela presença paquistanesa em diversas iniciativas, as quais são inflamadas por históricos conflitos fronteiriços e pela amizade sino-paquistanesa, colocando-se como importante balanceador à influência indiana. Na ausência material de capacidade para ser liderança na região no oceano Índico, mas com a vontade de se tornar um provedor de segurança, Muni (2014) considera os EUA como o principal protagonista para questões de segurança na região, cabendo a tal país o papel de provedor, tendo a Índia desempenhado importante função de “cooperação de segurança” (*security cooperation*), buscando-se uma maior aproximação entre o país sul-asiático e o norte americano em parcerias de segurança e defesa sendo, talvez a mais importante, a volta do QUAD, citado acima.

Essa aliança tem como foco um Indo-Pacífico aberto e livre (US, 2021), claramente objetivando ser uma frente de oposição à crescente presença regional chinesa, o que é mostrado pela não inclusão da China na aliança (JASH, 2021). Do ponto de vista estadunidense, tal aliança é muito interessante para seus objetivos na região. Especialistas, entre os quais Pang Zhongying, expõem que o QUAD ainda não é como a OTAN, como os EUA desejam – em 2020 foi proposta, por Mike Pompeo, a oficialização da aliança<sup>16</sup> (BBC, 2020) -, mas pode representar desafios concretos para os interesses de segurança chineses (WONG, 2020).

Do ponto de vista indiano, a aliança é interessante ao contrapor a influência regional chinesa, sendo de extrema importância para o país visto seu desejo de segurar a expansão de Pequim e evitar o alegado cerco - o qual Nova Delhi acredita que está sendo feito pelo vizinho do norte através da

---

<sup>16</sup> Nessa reunião, em outubro de 2020, que teve como pauta principal a discussão sobre a crescente influência chinesa no Ásia-Pacífico, Pompeo atacou a China acusando o PCC de exploração, corrupção e coerção. Em resposta, o embaixador chinês em Tóquio declarou em documento que o ministro estadunidense fabricou diversas vezes mentiras sobre o país e que produziu conflitos políticos, e insistiu que o país norte americano parasse com o preconceito ideológico, os ataques e as acusações e que tratasse “as relações com a China de forma construtiva” (WONG, 2020).

construção de portos -, proporcionando maior segurança ao seu entorno. Além disso, a Índia tem um papel muito importante dentro do QUAD por ser uma potência regional que contrabalança a, cada vez maior, presença da China no oceano Índico (JASH, 2021).

Em suma, as questões nacionais e geopolíticas levantadas nesta seção são tomadas como fatores na reação indiana ao aumento das capacidades chinesas no Indo-Pacífico. A agenda da política externa de Nova Delhi volta-se assim para o contrabalanceamento das mudanças na balança de poder regional, assumindo uma postura mais realista e pragmática, com foco nas iniciativas de cooperação, se comparada à postura nacionalista de não-alinhamento desenvolvida durante a Guerra Fria. Para Chacko (2014), a política externa indiana é hoje uma combinação de paradigmas pragmáticos e nacionalistas, sendo o primeiro necessário para formação e fortalecimento de alianças regionais de resistência e competição econômica ou mesmo militar contra Pequim, e, o segundo, herança política e geopolítica do país ainda muito presente na sociedade indiana que sustenta governos nacionalistas como o de Modi.

### Considerações finais

O processo de globalização fez avançar as discussões sobre a relação entre o regional e o global, o desenvolvimento tecnológico e as interdependências do sistema capitalista, fazendo-se necessário o acompanhamento da política externa chinesa em especial para a Ásia. Utilizando teorias como o realismo neoclássico e a geoeconomia, este trabalho teve como objetivo apontar para as mudanças da política externa chinesa voltadas para a expansão de suas capacidades econômicas e militares, com o objetivo no fortalecimento de sua posição no SI. A BRI é um projeto modelo da nova geopolítica para expansão das fronteiras de influência com base na cooperação econômica e regional, sendo sua relação com o Paquistão exemplo das múltiplas dimensões de atuação. A aproximação econômica sino-paquistanesa permitiu ao país um impulso em sua força de influência regional, assim como os investimentos em infraestrutura, no setor industrial e tecnológico, resultaram no desenvolvimento em níveis nacionais em áreas deficitárias.

A partir da análise da postura pós-moderna do PLAN, pode-se vislumbrar novos mecanismos de cooperação entre os Estados e a utilização da marinha para além dos temas clássicos da segurança, pois ao ser instigada em nível nacional pelo desenvolvimento chinês passa a atuar para a expansão das fronteiras de influência do país, assim como para proteção do comércio em nível internacional. Acredita-se que as reformas do porto de Gwadar servem aos seus propósitos de conectividade e vão ao encontro das necessidades estratégicas chinesas em mitigar o chamado Dilema de Malaca. Ao considerar a rota comercial como de extrema importância mundial e de valor ímpar ao comércio e importação de insumos e recursos energéticos chineses, o estreito é centro de constante preocupação aos estrategistas chineses por sua possibilidade de bloqueio em possíveis conflitos na região.

Questões de geopolítica clássica e confrontos na periferia não são excluídas das relações interestatais. As discussões levantadas neste trabalho, a partir da relação triangular China-Paquistão-Índia sob o escopo da BRI, permitiram analisar para além da cooperação econômica, a exemplo dos confrontos territoriais e de interesses regionais paralelos que, em parte, são resultados das ações de expansão da influência global chinesa. A relação entre os países no que diz respeito à iniciativa apresenta elementos de fricção geopolítica e de segurança para a região do sul asiático, ressaltando-se questões terrestres ao longo do CPEC de terrorismo no Balochistão e Xinjiang, mas também pela presença da iniciativa na região da Caxemira.

Relações conflituosas se apresentam também em decorrência da MSR-21, do avanço marítimo chinês para o Oeste e de sua influência na região do Oceano Índico destacada pelo mito do Colar de Pérolas. Para a China, o pensamento estratégico naval passou a ter crescente importância a partir da década de 1980 em decorrência da abertura econômica do país, levando autores a entenderem as motivações de seu desenvolvimento segundo a lógica mahaniana. Ainda que a defesa dos interesses econômicos seja de extrema importância, esses não podem ser apontados como as únicas vontades, assim como apresentado. Entende-se que a maior integração chinesa ao processo de globalização impele a PLAN a papéis políticos para a defesa dos valores da ordem internacional vigente.

Inserida em seu dilema de segurança e na lógica realista das relações internacionais, a presença naval chinesa no Indo-Pacífico, zona histórica de influência marítima indiana, faz com que Nova Delhi ressignifique projetos de integração regional para que se sustente como “poder de liderança”, “provedor de segurança em rede” e principal potência regional para a região do oceano Índico. Os impedimentos nacionais indianos para a materialização de seus anseios de liderança, apontam para uma maior aproximação com outras potências regionais que transitam no oceano, tendo sido apresentado o QUAD como importante fórum na tentativa de frear o avanço da PLAN.

As correlações regionais expostas representam um momento asiático muito atual e ascendente, em que a centralidade da China e da Índia se colocam como elemento difusor das capacidades de integração intrarregionais e expansão da presença asiática para outras áreas do planeta. Hoje já é possível realizar operações logísticas entre o Leste europeu e a Ásia por terra, assim como para grande parte do Oriente Médio. Ainda que as disputas sino-indianas tenham força para retrain avanços nas estratégias de parte a parte, pode-se dizer que a presença desses dois gigantes asiáticos será cada vez maior no cenário internacional, com evidente proeminência chinesa.



## Referências

- AHMAD, Riaz; MI, Hong; FERNALD JR., Lloyd. (2020) Revisiting the potential security threats linked with the China–Pakistan Economic Corridor (CPEC). *Journal of the International Council for Small Business*, 1:1, p. 64 – 80.
- ALLISON, Graham. (2017) *Destined for War: Can America and China Escape Thucydides's Trap?* New York: Houghton Mifflin Harcourt. p. 384.
- ARRIGHI, Giovanni. (2011) *Adam Smith em Pequim: origens e fundamentos do século XXI*. São Paulo: Boitempo.
- BBC. (2020) Mike Pompeo lashes out at China 'Quad' meeting in Japan. In: BBC, World, Asia. Disponível em: <https://www.bbc.com/news/world-asia-54431615>. Acesso em: 07 de out. de 2020.
- BLACKWILL, Robert D. HARRIS, Jennifer M. (2016) *War Other Means. Geoeconomics and statecraft*. Cambridge: The Belknap Press of Harvard, University Press Cambridge, p. 384.
- BRAUTIGAM, Deborah. (2019) Is China the World's Loan Shark? *The New York Times*. Disponível em: <https://www.nytimes.com/2019/04/26/opinion/china-belt-road-initiative.html?smid=nytcore-ios-share>. Acesso em: 08 fev. 2022.
- BREWSTER, David. (2016) Silk Roads and Strings of Pearls: The Strategic Geography of China's New Pathways in the Indian Ocean. In: *Geopolitics*, 22:2, p. 269 – 291.
- BREWSTER, David. (2018) In: David Brewster (Org). *India and China at Sea: Competition for Naval Dominance in the Indian Ocean*. 1a ed. Índia, Oxford University Press, 2018. E-book (não-paginado).
- BRZEZINSKI, Zbigniew. (2000) *The Geostrategic Triad: Living with China, Europe, and Russia*. Center for Strategic & International Studies; UK ed. Edition, p. 88.
- CAI, Kevin G (2018). The One Belt One Road and the Asian Infrastructure Investment Bank: Beijing's New Strategy of Geoeconomics and Geopolitics. *Journal of Contemporary China*, v. 27, n. 114, jul., 2018, p. 831 – 847.
- CALLAGHAN, Mike; HUBBARD, Paul. (2016) The Asian Infrastructure Investment Bank: Multilateralism on the Silk Road. In: *China Economic Journal*, vol. 9, p. 116 – 139.
- CHACKO, Priya. (2014) The rise of the Indo-Pacific: understanding ideational change and continuity in India's foreign policy. In: *Australian Journal of International Affairs*, vol. 68, n.4, p.433-452.
- CHANDRA, Vikash (2017). Modi Government and Changing Patterns in Indian Foreign Policy. In: *Jadavpur Journal of International Relations*, v. 21, n. 2, p. 98-117.
- CHINA, National Development and Reform Commission, Ministry of Foreign Affairs, and Ministry of Commerce of People's Republic of. *Vision and Actions on Jointly Building Silk Road Economic Belt & 21st -Century Maritime Silk Road*. Pequim, março de 2015. Disponível em: <https://eng.yidaiyilu.gov.cn/qwyw/qwfb/1084.htm>. Acesso em: 27 jul. 2021.
- DAHIYA, Brig Rumel. (2015) Political Will and Military Capacity to Provide Security. In: MUNI, S. D.; CHADHA, Vivek (ed.). *Asian Strategic Review 2015: India as a Security Provider*. New Delhi: Pentagon Press, p. 9 – 27.
- FARIAS, Helio Caetano; MARTINS, Pedro Mendes. (2020) A geoeconomia do desenvolvimento chinês: das Quatro Modernizações à Belt and Road Initiative (BRI). In: *Mural Internacional*, [S.l.], v.11.
- FAROOQ, Khesraw Omid. (2019) Chabahar Port: A Step Toward Connectivity for India and Afghanistan. In: *The Diplomat*. Disponível em: <https://thediplomat.com/2019/07/chabahar-port-a-step-toward-connectivity-for-india-and-afghanistan/>. Acesso em: 15 de maio de 2020.
- GHISELLI, Andrea. (2015) The Chinese People's Liberation Army 'Post-modern'Navy. In: *The International Spectator*, v. 50, n. 1, p. 117-136, 2015.
- Green BRI Center. (2022) Countries of the Belt and Road Initiative (BRI). In: *Green Belt and Road Initiative Center, International Institute of Green Finance, CUF*. Disponível em: <https://green-bri.org/countries-of-the-belt-and-road-initiative-bri>. Acesso em: 13 set. 2022.
- HALL, Ian. (2019) *Modi and The Reinvention of Indian Foreign Policy*. Bristol University Press, p. 241.
- HUSSAIN, Ejaz. (2016) China–Pakistan Economic Corridor: will it sustain itself? In: *Fudan Journal of the Humanities and Social Science*, v.10, p.145–159.

- IBAÑEZ, Pablo. (2020a) Geopolítica e diplomacia em tempos de Covid-19: Brasil e China no limiar de um contencioso. Espaço e Economia, Rio de Janeiro, ano IX, 18.
- IBAÑEZ, Pablo. (2020b) Belt and Road Initiative and China-Pakistan Economic Corridor: geopolitical challenges. In: Journal of China and International Relations: Special Edition: BRICS.
- ISLAMIC REPUBLIC OF PAKISTAN. (2017) Ministry of Planning, Development & Reform. Long Term Plan for China-Pakistan Economic Corridor (2017-2030). 2017. Disponível em: <http://cpec.gov.pk/long-term-plan-cpec>. Acesso em: 27 de maio de 2020.
- JABBOUR, Elias; GABRIELE, Alberto (2021). *China: o socialismo do século XXI*. São Paulo: Boitempo.
- JAGUARIBE, A. (2016) Capacidades estatais comparadas: a China e a reforma do sistema nacional de inovação. In: GOMIDE, A. de A.; BOSCHI, R. (eds.) *Capacidades estatais em países emergentes: o Brasil em perspectiva comparada*. Rio de Janeiro: IPEA.
- JASH, Amrita. (2021) The Quad Factor in the Indo-Pacific and the Role of India. In: Journal of Indo-Pacific Affairs, Air University, 08 mar. 2021. Disponível em: <https://www.airuniversity.af.edu/JIPA/Display/Article/2528182/the-quad-factor-in-the-indo-pacific-and-the-role-of-india/>. Acesso em: 27 set. 2021.
- JUNQUEIRA, Philipe Alexandre. (2021) A Política Externa Chinesa de Xi Jinping: a contribuição do Cinturão e Rota para a inserção internacional da China na Nova Era. Dissertação (Mestrado em Relações Internacionais) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, p. 139.
- LANTEIGNE, M. (2009). Capítulos 6 e 7. In: *Chinese foreign policy: An introduction*. Routledge, New York, Ed. 1.
- LIU, Weidong; DUNFORD, Michael. (2016) Inclusive globalization: unpacking China's Belt and Road Initiative. In: Area Development and Policy, p. 1-18.
- LIU, HONGSON; XU, YUE; FAN, Xinzhu. (2020) Development finance with Chinese characteristics: financing the Belt and Road Initiative. *Revista Brasileira de Política Internacional*, 63(2).
- LOBELL, Steven E.; RIPSAN, Norrin M.; TALIAFERRO, Jeffrey. (2009) *Neoclassical Realism, the State, and Foreign Policy*. New York: Cambridge University Press.
- LUTTWAK, Edward N. (1990) From Geopolitics to Geo-economics: Logic of Conflict, Grammar of Commerce. In: *The National Interest*, Estados Unidos, n.20, p. 17 – 23.
- MACKINDER, Halford J. (1943) The Round World and the Winning of the Peace. In: *Foreign Affairs*, Vol. 21, No. 4, p. 595-605.
- MAYER, Maximilian; ZHANG, Xin. (2020) Theorizing China-world integration: sociospatial reconfigurations and the modern silk roads. In: *Review of International Political Economy*, Routledge Taylor & Francis Group, p. 30.
- MEARSHEIMER, John J. (2010) The gathering storm: China's challenge to US power in Asia. In: *The Chinese journal of international politics*, v. 3, n. 4, p. 381-396.
- MUNI, S. D. (2014) Introduction. In: MUNI, S. D.; CHADHA, Vivek (ed.). *Asian Strategic Review 2015: India as a Security Provider*. New Delhi: Pentagon Press, p. 1 – 8.
- PARKER, Sam; CHEFITZ, Gabrielle. (2018) China's Debtbook Diplomacy: How China is Turning Bad Loans into Strategic Investments. In: *The Diplomat*.
- PAUTASSO, Diego; UNGARETTI, Carlos Renato. (2017) A Nova Rota da Seda e a recriação do sistema sinocêntrico. In: *Estudos Internacionais*, v. 4, n. 3, p. 24 - 44.
- PAUTASSO, Diego; NOGARA, Tiago Soares; RIBEIRO, Erik Herejk. (2020) A Nova Rota da Seda e as relações sino-indianas: o desafio do "colar de pérolas". *Mural Internacional*, v.11, e. 50594, p. 1-16.
- PAUTASSO, Diego. et al. (2022) Nova Rota da Seda e o dilema de Xinjiang. *Estudos Internacionais: revista de relações internacionais da PUC Minas*, v. 9, n. 4, p. 25-42.
- PITMAN, Adam. (2021) Why Bangladesh has been ignoring India's warnings about the Chinese 'debt trap'. In: *Scroll.in*. Disponível em: <https://scroll.in/article/997715/why-bangladesh-has-been-ignoring-indias-warnings-about-the-chinese-debt-trap>. Acesso em: 20 set. 2021.
- REPUBLIC OF INDIA. (2019) Ministry of Foreign Affairs, Media Center, Question No.2761 International Support Against BRI. Disponível em: <https://www.mea.gov.in/rajya>

- sabha.htm?dtl/32201/question+no2761+international+support+against+bri. Acesso em: 19 de maio de 2020.
- RIBEIRO, Erik Herejk. (2015) A rivalidade e a cooperação nas relações China-Índia: o contexto asiático e o caso de Mianmar. Dissertação (Mestrado em Estudos Estratégicos Internacionais) – Faculdade de Ciências Econômicas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, p. 226.
- RIPSMAN, Norrin M.; TALIAFERRO, Jeffrey W.; LOBELL, Steven E. (2016) *Neoclassical Realist Theory of International Politics*. New York: Oxford University Press.
- SALOMÓN, Mónica; PINHEIRO, Letícia. (2013) Análise de Política Externa e Política Externa Brasileira: trajetória, desafios e possibilidades de um campo de estudos. *Revista Brasileira de Política Internacional*, v. 56, n. 1, p. 40-59.
- SCHWELLER, Randall. (2018) Opposite but Compatible Nationalisms: a neoclassical realist approach to the future of US-China relations. In: *The Chinese Journal of International Politics*, v. 11, n. 1, p. 23-48.
- TILL, Geoffrey. (2007) Globalization: Implications of and for the Modern/Post-modern Navies of the Asia Pacific. S. Rajaratnam School of international studies, n. 140. Nanyang Technological University.
- US, Department of State. (2021) U.S.-Australia-India-Japan Consultations (the “Quad”) Senior Officials Meeting. In: Office of the Spokesperson, Press Releases, Media Note, 12 ago. 2021. Disponível em: <https://www.state.gov/u-s-australia-india-japan-consultations-the-quad-senior-officials-meeting/>. Acesso em: 22 set. 2021.
- WANG, Yiwei; LIU, Xuejun. (2019) Is the Belt and Road Initiative a Chinese Geopolitical Strategy? In: *Asian Affairs*, v. 50, n. 2, p. 260-267.
- WOLF, Seigfried O. (2020) The China-Pakistan Economic Corridor of the Belt and Road Initiative: Concept, Context and Assessment. In: *Contemporary South Asian Studies*, Springer, Ed.1, p. 395.
- WONG, Catherine. (2020) US-China rivalry: is the Quad on track to take on Beijing? In: *South China Morning Post*, US-China relation, 7 out. 2020. Disponível em: <https://www.scmp.com/news/china/diplomacy/article/3104571/us-china-rivalry-quads-rise-serious-threat-beijings-security>. Acesso em: 12 out. 2021.
- WU, Fuzuo. (2019) India’s Pragmatic Foreign Policy toward China’s BRI and AIIB: Struggling for Relative and Absolute Gains. In: *Journal of Contemporary China*, v. 1, n. 1, p. 354-368.
- XINHUA. (2020) China enhances cooperation with B&R countries despite COVID-19. Pequim. Disponível em: [http://www.xinhuanet.com/english/2020-11/17/c\\_139523126.htm](http://www.xinhuanet.com/english/2020-11/17/c_139523126.htm). Acesso em: 29 jul. 2021.
- YOSHIHARA, Toshi; HOLMES, James R (2010). *Red star over the Pacific: China’s rise and the challenge to U.S. maritime strategy*. 1a ed. Maryland: Naval Institute Press.